



CONSELHO SUPERIOR  
DOS TRIBUNAIS  
ADMINISTRATIVOS  
E FISCAIS

**Intervenção do Presidente do Conselho Superior dos  
Tribunais Administrativos e Fiscais  
15 de Fevereiro de 2025  
II JORNADAS – Justiça Administrativa e Fiscal promovidas  
pela ASJP  
A Jurisdição Administrativa e Fiscal em reflexão**

Exmo. Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses  
Ex.mo Senhor Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
Excelências

Distintos Convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Assumi o mandato no Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais com o compromisso de implementar mudanças estruturais e adoptar medidas para promover a eficiência, modernidade e transparência no exercício das funções judiciais. Hoje, com grande satisfação, apresento um balanço do trabalho realizado nestes quatro meses, bem como uma alusão aos projectos em curso.

**1. Implementação do Decreto-Lei que consagrou a autonomia administrativa e Financeira do CSTAF**

Foram diversas as medidas adoptadas para colocar em funcionamento o novo regime legal, com especial destaque para a **elaboração e aprovação do Regulamento Interno do CASF** e o **Regulamento Interno da Secretaria do CSTAF**.

Procedeu-se por esta via a uma reorganização dos recursos humanos existentes e à reestruturação dos serviços, tornando claras as funções e competências e permitindo a optimização dos fluxos de trabalho, com o objectivo de fortalecer a capacidade de resposta do Conselho e garantir maior eficiência no desempenho das suas funções estratégicas.



## 2. Reforço de Equipas

Para além da reorganização dos recursos existentes procedeu-se ao reforço de equipas fundamentais:

- **da equipa de informática** essencial à modernização e por isso eleita como um pilar estratégico para os primeiros seis meses de mandato. Este reforço já está a gerar impacto positivo na implementação de soluções digitais que promovem maior celeridade e eficiência nos nossos procedimentos.

- **da equipa da Área do Controlo Financeiro** fundamental para assegurar uma gestão moderna e responsável e maior capacidade de monitorização e gestão eficaz dos recursos financeiros. Este investimento traduz-se em maior rigor, transparência e otimização na utilização de recursos públicos, que são essenciais para a concretização das nossas metas estratégicas.

- **dos assessores do Gabinete Técnico-Jurídico**, para auxiliar na materialização dos objetivos estratégicos definidos para o mandato e manter o controlo de execução de todo o planeamento das metas a alcançar.

## 3. Programa de Gestão para a Eficiência dos Tribunais

Iniciámos um projeto ambicioso e inédito refletido na conceção, desenho e execução de um programa de gestão que visa aumentar a eficiência dos tribunais da jurisdição. Este programa, ao reduzir as tarefas burocráticas dos presidentes dos Tribunais, permitirá que o Conselho, em tempo real, aceda diretamente a indicadores cruciais, como taxas de recuperação processual, o *disposition time*, a produtividade, o número de diligências realizadas por Tribunal, secção, e que já se encontra em “testes”.

Trata-se de uma ferramenta inovadora que dará aos Tribunais e ao Conselho os dados necessários para uma gestão informada e proativa, em vez de continuar a fazer uma gestão assente em tabelas em Excel, com tradução em papel e risco elevado de erro na informação.



#### 4. Projeto de Assessoria com Inteligência Artificial

Estamos a desenvolver um projeto piloto de assessoria, com recurso a inteligência artificial. Esta ferramenta, em fase de conceção, que esperamos poder tornar disponível ao longo do corrente ano aos senhores juízes, agilizará e tornará o trabalho diário mais eficiente, estimando-se uma redução de 40% do esforço empregue na preparação de cada decisão.

Este sistema de apoio à decisão judicial funcionará como um **assistente virtual**. Esta ferramenta está a ser concebida para oferecer um desempenho o mais próximo possível ao auxílio prestado pelos atuais assessores humanos, representando um passo significativo na modernização do sistema de justiça administrativa e fiscal.

O **Assessor de IA** será uma aplicação autónoma ao sistema de gestão processual e terá como objetivos fundamentais:

- a) **Facilitar a extração e o tratamento de informações de documentos judiciais**, com a elaboração do “relatório” da decisão judicial, permitindo uma análise mais ágil e precisa.
- b) **Organizar a prova documental junta aos autos;**
- c) **Realizar pesquisas automáticas em documentos ou partes deles**, otimizando o acesso a informações relevantes;
- d) **Tratar a informação catalogada de forma organizada**, facilitando a elaboração de decisões judiciais;
- e) **Fornecer**, pesquisas de jurisprudência nacional e do TJUE, bem como doutrina catalogada em fontes oficiais;

Tudo isto virá acompanhado da aprovação de uma **carta ética para a utilização de sistemas de inteligência artificial**, a que os senhores juízes se vincularão.

#### 5. Execução de Verbas PRR

As verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2024 foram executadas na sua totalidade. Um marco especialmente relevante quando recordamos que, em Novembro, a sua execução era totalmente inexistente. Trata-se de um esforço que demonstra o nosso compromisso com o aproveitamento total das oportunidades de financiamento e com a implementação de projetos que trazem resultados concretos.

Graças a esse esforço conseguimos um reforço de verbas PRR para 2025 que pretendemos aproveitar ao máximo.

O nosso empenhamento traduziu-se, nesta primeira fase, na aquisição de hardware (computadores, monitores, teclados, ratos, entre outro), bem como



material áudio-vídeo, essencial para dotar a futura sala de conferências e auditório do CSTAF.

Foi adquirida ainda toda a infraestrutura crucial para instalar todos os programas exclusivamente dependentes deste Conselho Superior (servidores).

## **6. Novo Site do Conselho Superior**

Foi apresentado esta semana o novo site do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), que, finalmente, inclui um “Canal de Denúncias” e um link para o IUDEX.

Este site reflete uma nova visão, assente na transparência das atividades do Conselho. Toda a informação relevante, incluindo deliberações, projetos, regulamentos e as múltiplas atividades desenvolvidas que impactam na vida dos juízes e do cidadão, estará acessível de forma clara e organizada. É mais um passo no fortalecimento da comunicação institucional e no reforço da proximidade com a sociedade.

## **7. Newsletters do CSTAF**

Passaremos a ter uma newsletter trimestral, especialmente dedicada aos juízes e outra à Comunicação Social, de modo a tornar visíveis os objetivos estratégicos do Conselho, a evolução da jurisdição, as atividades empreendidas e as deliberações tomadas pelos seus órgãos.

Apostamos numa comunicação mais vertical e transparente.

A primeira Newsletter sairá em fevereiro de 2025.

## **8. Acordo com o Conselho Superior da Magistratura para recebermos o “Iudex”**

Celebrámos ainda um acordo com o Conselho Superior da Magistratura para a imediata transferência do Iudex para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Confiamos que durante o próprio mês de março de 2025 poderemos tê-lo em funcionamento.

Este acordo representa um marco de colaboração interinstitucional, garantindo que dispomos das ferramentas necessárias para avançar no processo de modernização da jurisdição administrativa e fiscal. Ficou ainda acordado que o CSTAF irá igualmente receber a nova versão do Iudex, que o CSM está a preparar em desenvolvimento com verbas do PRR.



## 8. Estudos e Propostas Legislativas

Conduzimos, ao longo dos dois primeiros meses, um conjunto de estudos que serviram de base à apresentação à Senhora Ministra da Justiça de algumas propostas legislativas que acreditamos que darão um relevante contributo para a agilização do funcionamento da jurisdição.

Propostas que visam, resumidamente e no essencial:

- a) **tornar mais equitativa a distribuição de processos na segunda instância.**
- a) **agilizar as inspeções judiciais e os processos disciplinares e de inquérito;**
- b) **racionalizar fluxos** e adoptar mecanismos de simplificação processual para ações de valor até 15.000€

## 9. Iniciamos negociações com a ESTAMO para em breve sermos dotados de edifício próprio.

Sem edifício próprio o CSTAF não tem condições de operacionalizar plenamente a sua autonomia administrativa e financeira.

Por isso, passou a ser prioritário encontrar edifício-sede, o que fizemos imediatamente a partir do dia zero do meu mandato.

Adianto que estamos no bom caminho e convictos que até ao prazo final que o DL 32/2023, de 5 de maio de 2023 teremos tudo decidido e acordado.

### Senhores Juízes:

Reconhecemos que os desafios são muitos, mas estamos certos de que o trabalho conjunto, a dedicação e a visão estratégica serão os alicerces do sucesso da nossa jurisdição.

Claro que não posso deixar de agradecer a todos os que têm contribuído para estas conquistas, dentro da medida de cada um, convidando-vos a continuar a trabalhar connosco na construção de um Conselho Superior mais eficiente, inovador e comprometido com a justiça, capaz de passar a ser um exemplo de eficiência, idoneidade e confiança dos cidadãos.

**Este é o meu maior desejo.**



Os próximos 6 meses continuarão a ser desafiantes.

### 1) Proteção de Dados e Cumprimento Declarativo

Temos a ambição de nos próximos 6 meses darmos passos relevantes na modernização e no cumprimento das obrigações legais.

Nomeámos, em consonância, um **Encarregado de Proteção de Dados**, inexistente neste Conselho Superior, que tem como missão garantir a segurança e a conformidade no tratamento dos dados pessoais que integram o sistema de justiça administrativa e fiscal.

Estamos particularmente empenhados em assegurar que, até setembro, todos os juízes possam cumprir as **obrigações declarativas que a lei impõe**, de forma eficiente e rigorosa. Para tal, estamos a implementar medidas que respeitam o RGPD, assegurando, assim, a proteção e a confidencialidade de todos os dados envolvidos. Este compromisso reflete a nossa determinação em reforçar a transparência e o cumprimento das normas legais, sem comprometer a privacidade e a segurança da informação.

### 2) Compromisso com a Cooperação e o Futuro

Estamos conscientes de que os desafios que enfrentamos exigem esforços conjuntos, colaboração institucional e um diálogo permanente. Reforçamos o nosso compromisso em trabalhar com todos os atores do sistema de justiça para alcançar soluções sustentáveis e eficazes, que coloquem o cidadão no centro da nossa atuação.

Estes primeiros meses demonstraram que, com determinação e colaboração, podemos alcançar resultados significativos para modernizar e melhorar a administração da justiça em Portugal.

### 3) Regularização das inspeções ao serviço dos juízes até 2024

Trabalharemos para **assegurar, até ao início do próximo ano judicial**, a regularização das inspeções ao serviço dos senhores juízes, com referência aos anos até final do plano de formação de 2023.

Este é um compromisso essencial para garantir a avaliação transparente, justa e tempestiva do desempenho dos magistrados, fortalecendo a confiança no sistema judicial e valorizando o trabalho dos nossos juízes.



#### 4) Fixação de Objetivos de Serviço Judicial

Vamos dar cumprimento ao estabelecido na lei e fixar objetivos de serviço judicial para as diferentes áreas geográficas em função das suas características próprias.

Hoje, enquanto refletimos sobre os tempos desafiantes que enfrentamos, é essencial reconhecermos que as dificuldades não nos definem, mas sim as nossas respostas a elas. Cada obstáculo é uma oportunidade disfarçada, cada crise, um convite para crescermos.

Estes desafios que testam a nossa resiliência e também revelam a nossa força.

